

PLANO DE INTERVENÇÃO:
Ampliação do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) da
Prefeitura Municipal de São Paulo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública com ênfase em governo Local.

Aluno: Alessandra Batista da Cruz

Orientadora: Msc. Patrícia Finamore

Coordenador: Msc. Rosane Biasotto

Brasília – DF

Outubro/ 2018

PLANO DE INTERVENÇÃO:
**Ampliação do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS)- Prefeitura Municipal
de São Paulo**

Autora: Alessandra Batista da Cruz
Escola Nacional de Administração Pública

RESUMO

A presente pesquisa tem como norte a elaboração de um plano de intervenção cuja finalidade é a promoção de iniciativas de educação ambiental e de um sistema de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos produzidos nas Unidades de Saúde do bairro de Guaianases, localizado no extremo leste da capital paulista.

Para se atingir os objetivos constantes no plano, foi proposta a ampliação do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis – PAVS, que formula ações e projetos de proteção ambiental e saúde, com inserção de práticas sustentáveis no cotidiano da população e dos trabalhadores. Na Secretaria Municipal de Saúde – SMS, o PAVS já atua nas Unidades Básicas de Saúde que possuem o programa Estratégia Saúde da Família, onde são feitos diversos projetos para a comunidade e também para os funcionários.

Foram introduzidos na pesquisa aspectos importantes a serem observados na temática da preservação ambiental, como o estímulo ao pensamento crítico através de programas de educação ambiental e incentivo à inclusão social de catadores de resíduos, que são parte importante quando o assunto é reciclagem.

Palavras chave: Resíduos Sólidos, Educação Ambiental; Reciclagem

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Projetos finalizados em 2015, organizados por eixos temáticos	10
Figura 2 - Unidades de Saúde no Bairro de Guaianases	19
Figura 3- Estrutura Analítica do Projeto.....	20
Figura 4- Estrutura de gestão/governança.....	25
Figura 5 - Estimativa horas de trabalho.....	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura PAVS.....	10
Tabela 2 - Princípio dos 5R's	14
Tabela 3 - Classificação dos RSS	17
Tabela 4- Dicionário EAP	21
Tabela 5 - Gerenciamento de riscos	24
Tabela 6 - Quadro de Trabalho e Produtos.....	26
Tabela 7 - Custos de materiais.....	30

SUMÁRIO

1. DIAGNÓSTICO.....	5
1.1. <i>Definição do problema</i>	<i>5</i>
1.2. <i>Contexto/justificativa do problema</i>	<i>5</i>
2. OBJETIVOS.....	6
3. MARCO TÉCNICO E TEÓRICO	7
3.1. <i>Programa Ambientes Verdes e Saudáveis - PAVS.....</i>	<i>7</i>
3.2. <i>A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P</i>	<i>11</i>
3.3. <i>Gestão de resíduos em órgãos públicos</i>	<i>13</i>
3.4. <i>Cooperativas de catadores de materiais recicláveis.....</i>	<i>15</i>
3.5. <i>Resíduos das Unidades de Saúde.....</i>	<i>16</i>
4. METODOLOGIA	18
4.1. <i>Metodologia de coleta de dados.....</i>	<i>18</i>
4.2. <i>Localização do Plano de Intervenção</i>	<i>18</i>
4.3. <i>Público-Alvo</i>	<i>19</i>
5. ESCOPO	20
5.1. <i>Estrutura Analítica do Projeto</i>	<i>20</i>
5.2. <i>Não escopo</i>	<i>22</i>
5.3. <i>Levantamento de restrições</i>	<i>22</i>
5.4. <i>Premissas</i>	<i>23</i>
5.5. <i>Riscos</i>	<i>23</i>
5.6. <i>Estrutura de gestão e principais atores envolvidos</i>	<i>25</i>
5.7. <i>Quadro de Trabalho/equipe</i>	<i>26</i>
5.8. <i>Valor previsto.....</i>	<i>30</i>
5.9. <i>Duração.....</i>	<i>31</i>
5.10. <i>Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora</i>	<i>31</i>
6. CRONOGRAMA	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1. DIAGNÓSTICO

1.1. Definição do problema

O lixo é hoje um dos problemas ambientais mais graves do mundo, o modo de vida das populações urbanas acarreta num grande impacto ambiental devido ao gigantesco volume de lixo gerado. O descarte dos resíduos sólidos em condição de ser reaproveitados ou reciclados nos aterros sanitários e lixões diminuem a vida útil do terreno, sendo demandada a aquisição de outros terrenos para este fim. Diante desse complexo cenário, a problemática do lixo vem sendo debatida por ambientalistas, sociedade civil e governos ao redor do mundo, na busca por técnicas que diminuam o impacto ambiental trazido pela forma de produção e consumo excessivo em voga atualmente.

Sabendo que todo consumo gera um impacto, a importância de minimizar os danos e maximizar os impactos positivos é imperiosa, envolvendo os aspectos social, econômico, cultural e ambiental em busca de um planeta mais sustentável e menos poluído.

O município por sua vez pode contribuir com a sociedade ao incorporar ações e valores de preservação do meio ambiente, como adoção de medidas que dêem bons exemplos para a sociedade, como a redução de consumo de recursos naturais (água e luz); coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos; contribuição no desenvolvimento socioeconômico dos catadores de lixo, estímulo à reflexão crítica sobre o lixo, modos de vida e consumo, através de programas de educação ambiental.

1.2. Contexto/justificativa do problema

Partindo desses princípios, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) da Prefeitura Municipal de São Paulo instituiu o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis – PAVS, que formula ações de proteção ambiental e inserção de práticas sustentáveis no cotidiano da população e dos trabalhadores da saúde, conta com sete eixos temáticos: biodiversidade e arborização; horta e alimentação saudável; água, ar e solo; gerenciamento de resíduos sólidos; A3P; revitalização de espaços públicos e cultura e comunicação. Na SMS o PAVS atua nas Unidades Básicas de Saúde que possuem o programa Estratégia Saúde da Família (ESF)¹, onde são feitos diversos projetos para a comunidade e também para os funcionários.

¹ Estratégia Saúde da Família consiste na atuação de equipes multiprofissionais que desenvolvem ações no âmbito da assistência primária, de prevenção e promoção da saúde em um determinado território. (São Paulo, 2015, p.7)

As Unidades de Saúde do bairro de Guaianases, localizado na região leste da cidade de São Paulo, não possuem um sistema de coleta seletiva e reciclagem do papel produzido pelos seus funcionários. As iniciativas existentes são pontuais e não se constituem numa rede de reciclagem, o que dificulta a contratação de cooperativas ou associação de catadores de materiais recicláveis ou reutilizáveis, visto que a quantidade gerada de papel reciclável por somente uma unidade não é suficiente para estimular o interesse dessas entidades.

Outro ponto a ser debatido nesse plano de intervenção, é a falta de investimento em educação ambiental para os funcionários, visto que onde não ocorre o estímulo à reflexão e diálogo acerca do tema de preservação ambiental, os programas de coleta seletiva e reciclagem não obtêm bons resultados.

A proposta do presente plano de intervenção é a ampliação das ações do PAVS para as todas as 14 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Vigilância em Saúde do bairro de Guaianases, aplicando as ações do eixo de gerenciamento de resíduos sólidos e A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), implantando um sistema de coleta de seletiva e destinação de papel e papelão utilizados nas unidades e posterior encaminhamento para cooperativas de catadores de resíduos para reciclagem.

2. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Ampliar as ações do PAVS, com proposta de atuação no eixo de gerenciamento de resíduos sólidos e A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública).

Objetivos específicos:

- Implantar um sistema de reciclagem de papel e papelão nas 14 UBS's e na Unidade de Vigilância em Saúde do bairro de Guaianases, localizado na região leste do município de São Paulo;
- Instituir capacitações em educação ambiental para profissionais que atuem nessas Unidades, inclusive os trabalhadores terceirizados;
- Promover o uso racional dos recursos (energia elétrica, água, material de expediente, etc.);
- Dispor de coletores de papel em locais estratégicos e de fácil visualização, como em locais próximos a impressoras, mesas dos funcionários e almoxarifado.

- Firmar convênios com cooperativas ou associações de catadores de resíduos sólidos, para destinação do papel e papelão segregado;

3. MARCO TÉCNICO E TEÓRICO

3.1. Programa Ambientes Verdes e Saudáveis - PAVS

O Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS) nasceu como projeto em 2005 na Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, a partir da necessidade de se integrar saúde e meio ambiente, construindo uma gestão intersetorial que primasse pela construção de intervenções ambientais para promoção da saúde da população e desenvolvimento de “ações de preservação, conservação, recuperação e sustentabilidade ambiental” (BIANCARELLI, 2008, p.13).

O PAVS foi concebido por dezenas de entidades parceiras como o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Fundação Oswaldo Cruz (Fio Cruz) do Rio de Janeiro e Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, que ajudaram a desenhar o projeto e possibilitar sua concretização (BIANCARELLI, 2008, p.43).

“[...] O Projeto vai ao encontro da própria filosofia que fundamentou o Sistema Único de Saúde (SUS), que manda perceber as comunidades e seus territórios a partir de uma perspectiva socioambiental, tratando de verificar a maneira como operam os padrões de consumo de serviços, bens e produtos, assim como a qualidade do espaço onde se realiza a vida, enquanto condicionantes do processo saúde-doença. Ainda determina que se atue sobre esses condicionantes com vistas à melhor qualidade de vida dessas comunidades.[...]” (BIANCARELLI, 2008, p. 13)

Esse olhar sob a perspectiva socioambiental e saúde é responsável pela dinâmica de intersetorialidade do Programa, que envolve a ação de três Secretarias: da saúde (SMS), do verde e meio ambiente (SVMA) e assistência e desenvolvimento social (SMADS). A atuação das três secretarias é importantíssima para integrar políticas que juntas são a base de um bom projeto social: saúde, meio ambiente e bem estar social, na busca por oferecer atenção integral à população, promovendo qualidade de vida para as comunidades.

Sousa (2010) discorre sobre as políticas públicas intersetoriais na promoção da saúde, que teriam mais potencialidades ao se expressarem em um território vivo, dinâmico, relacional, onde as subjetividades tem mais espaço e podem formular mudanças mais significativas e saudáveis.

[...] Nessa subjetividade, o conceito de promoção da saúde é, muitas vezes, ressignificado, passando a apontar mais diretamente para as possibilidades e para as potencialidades de os sistemas e os sujeitos se manterem ou se reorganizarem na direção de uma determinada forma de existência mais saudável. De uma maneira geral, isso se torna possível pelo fato de a promoção da saúde incorporar e exigir uma visão aberta, sistêmica, cujas bases estão ancoradas na valorização do sujeito e na defesa de posturas mais comprometidas com as mudanças. Com isso, é possível afirmar que a promoção da saúde lida mais com potencialidades e menos com limitações[...]. (SOUSA, 2010, p. 400)

Na procura por atender ao princípio do programa, de pensar de maneira conjunta as problemáticas socioambientais e a promoção da saúde, o programa foi centrado nas ações do agente comunitário de saúde da SMS, agente de proteção ambiental da SVMA e agente de proteção social pertencente ao quadro de SMADS, que devido à intrínseca interação desses profissionais com a população, foi entendido que esses tinham maiores condições de apurar quais problemas estão mais presentes na vida das pessoas, e assim, sendo capacitados para ter o olhar sobre os problemas socioambientais, poderiam observar o ambiente ao redor, e quais as condições ambientais que mais comprometem a saúde da população e dos trabalhadores. (BIANCARELLI, 2008, p. 26-27).

Partindo desse princípio o PAVS tem como objetivos:

“[...] Desenvolver políticas de saúde ambiental no âmbito da Estratégia Saúde da Família; fortalecer a atuação intersetorial e intersecretarial; proporcionar a sustentabilidade das intervenções no território; fomentar o empoderamento e a efetiva participação da comunidade. [...]” (SÃO PAULO, 2015, p.8)

O programa prevê o desenvolvimento de projetos elaborados de acordo com as especificidades de cada território, dentro dos seguintes eixos temáticos²:

- **Biodiversidade e arborização:** neste eixo estão presentes os projetos que incentivem a expansão de áreas verdes urbanas, como plantio e manejo de árvores em calçadas, logradouros e espaços públicos, parque lineares, etc. Engloba também projetos que promovam a posse responsável de animais além de divulgar formas e métodos adequados para prevenção de doenças e contracepção;
- **Horta e alimentação saudável:** compreende os projetos que promovem a implantação de hortas (no terreno da própria UBS ou em terrenos externos, na

²PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/pavs/index.php?p=25407 –

Acesso em 21/09/2018

comunidade) e também os projetos que abordam a questão da alimentação saudável e do aproveitamento integral dos alimentos;

- **Água, ar e solo:** compreende os projetos que promovem princípios e práticas sustentáveis desses recursos;
- **Gerenciamento de resíduos sólidos:** projetos que abordam a implantação de ações de minimização e manejo de resíduos sólidos nas Unidades e/ou na comunidade de entorno, por meio de parcerias com catadores autônomos, cooperativas e empresas coletoras;
- **A3P:** nesse eixo estão os projetos que visam à implantação da A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública - nas Unidades, tendo como objetivo geral estimular a reflexão e a mudança de atitude dos colaboradores para que os mesmos incorporem os critérios da gestão socioambiental em suas atividades rotineiras;
- **Revitalização de espaços públicos:** abarca os projetos de revitalização de espaços públicos, como praças, por exemplo, e constituição de parques municipais;
- **Cultura e comunicação:** compreende projetos que envolvem a produção e execução de diversas mídias educativas, em linguagens audiovisuais, como por exemplo: jornal, fanzine, gibi, revista, rádio/TV comunitária, rádio poste, programas e vinhetas de rádio/TV, documentários, curtas-metragem, filmes, animações, propagandas, etc.

Na Prefeitura Municipal de São Paulo o PAVS está presente em todas as cinco Coordenadorias Regionais de Saúde, de acordo com o último balanço das atividades do PAVS na atenção básica de saúde em 2015, das 275 UBS com Estratégia da Família, 274 contavam com projetos do PAVS, sendo 208 projetos finalizados de acordo com cada eixo temático, conforme consta na figura 1.

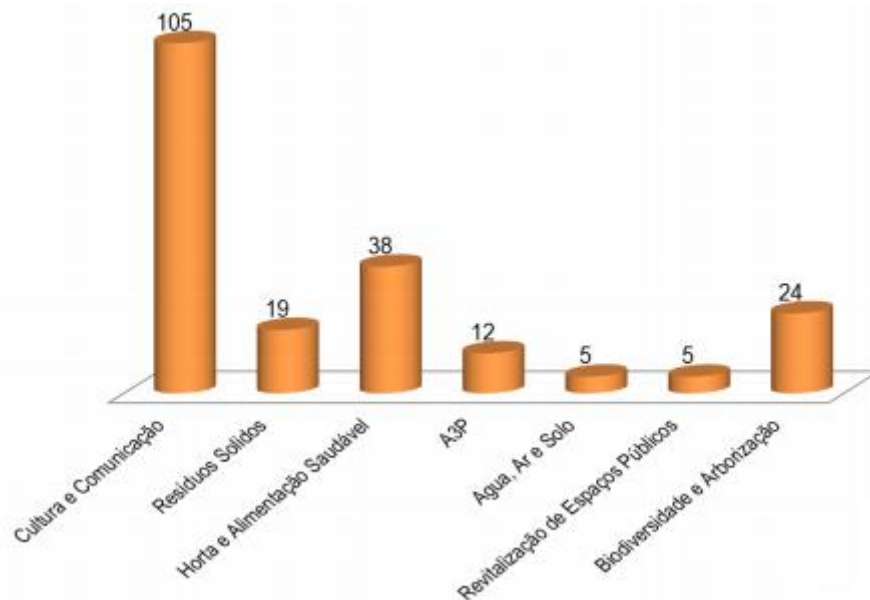
Tabela 1 - Estrutura PAVS

3 coordenadores na ATENÇÃO BÁSICA				
CENTRO OESTE	LESTE	NORTE	SUDESTE	SUL
1 Gestor Regional	1 Gestor Regional	1 Gestor Regional	1 Gestor Regional	2 Gestores Regionais
6 Gestores Locais	7 Gestores Locais	8 Gestores Locais	8 Gestores Locais	13 Gestores Locais
14 APA	19 APA	36 APA	29 APA	61 APA
91 ESF	245 ESF	197 ESF	200 ESF	506 ESF



Fonte: SÃO PAULO, Prefeitura do Município de São Paulo. Cobertura do PAVS no município de São Paulo. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/atencao_basica/pavs/index.php?p=25407 –Acesso em 04/08/2018

Figura 1 - Projetos finalizados em 2015, organizados por eixos temáticos



Fonte: SÃO PAULO, Prefeitura do Município de São Paulo. Cobertura do PAVS no município de São Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/BALANCOPAVS2015.pdf> - Acesso em 04/08/2018.

Entre os projetos finalizados e os em andamento até dezembro de 2015 foram realizadas 21.826 atividades coletivas, envolvendo um total de 425.800 pessoas, as atividades se diversificaram entre palestras, cursos, oficinas, eventos, mutirões e ações no Programa

Saúde da Escola, envolvendo os alunos em projetos como plantação de hortas nas escolas, oficinas de alimentação saudável entre outras práticas.

3.2. A Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

Um dos eixos temáticos do PAVS a A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) consiste no desenvolvimento de ações que tenham como foco a mudança de postura ambiental dos agentes públicos, estimulando os gestores públicos a pensar na importância das questões ambientais e a incorporar atitudes sustentáveis nas atividades rotineiras dos órgãos públicos. A A3P surgiu em 1999 como um projeto do Ministério do Meio Ambiente que “buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, p. 30).

Em 2002, já consolidada como um Programa, a A3P foi reconhecida pela Unesco pela relevância de seus resultados na área de meio ambiente, com o prêmio o “Melhor dos exemplos”. Nos anos seguintes o programa se fortaleceu e foi incluído nos PPA’s do governo federal de 2004-2007 e 2008-2011, sendo consolidado como referencial de sustentabilidade na administração pública. Atualmente a A3P é referência enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do governo federal e se mantém como umas das principais linhas de proposição de novos princípios na gestão pública, englobando critérios ambientais, econômicos e sociais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, p. 30)

A atuação da A3P procura promover mudanças permanentes na administração pública:

“[...]através do estímulo a determinadas ações que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho [...]” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, p. 32).

Para Cavalcante (2012) a adoção da A3P nos órgãos públicos depende do esforço de todos, além da capacidade de atualização do modelo de gestão, adequando-o ao contexto atual de sustentabilidade:

[...] O momento em que vivemos é de correção de hábitos de desperdício e desatenção. Há a necessidade de motivar os servidores públicos para estarem abertos a mudanças nos procedimentos administrativos. Essa abertura requer a participação de profissionais de todas as áreas,

independentemente de cargo ou grau de responsabilidade, em um processo, e este deve ser encarado com naturalidade e maturidade, pois, além de muito dinâmico, está voltado para as exigências da sociedade e sua economia de mercado[...]. (CAVALCANTE, 2012, p. 195)

A A3P guarda relação com o princípio da eficiência, observado no artigo 37 da Constituição Federal, que aduz sobre o melhor desempenho da atividade pública e a economicidade dos recursos públicos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, p.32).

Além do objetivo principal de estimular a incorporação dos critérios socioambientais nas rotinas dos agentes públicos, a A3P conta com mais cinco objetivos:

- Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
- Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
- Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
- Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Diante da necessidade da administração pública assumir o papel de exemplo para a sociedade, foram definidos cinco eixos temáticos para a A3P (CAVALCANTE, 2012, p.197):

1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: consiste em utilizar de maneira econômica e racional os recursos públicos, como água, energia, madeira, materiais de expediente, papel e copos descartáveis, a fim de evitar ao máximo o desperdício;
2. Gestão adequada dos resíduos gerados: esse eixo tem ligação direta com o princípio dos 5R's (repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar), deve-se refletir sobre o consumo para que se evite o desperdício, e assim que o resíduo é gerado dar a destinação correta, seja por meio de reutilização, reciclagem ou descarte final;
3. Qualidade de vida no ambiente de trabalho: compreende as ações da administração pública para o desenvolvimento pessoal e profissional do servidor, procurando melhorar o grau de satisfação dos trabalhadores com o ambiente de trabalho;
4. Sensibilização e capacitação dos servidores: é a busca por conscientização da responsabilidade socioambiental e consolidação da consciência cidadã de cada servidor. O processo de capacitação procura modificar os hábitos, comportamentos e padrões de consumo que impactam diretamente o meio ambiente, criando uma nova cultura institucional;

5. Licitações sustentáveis: é a promoção de responsabilidade socioambiental nas compras públicas, que além de ser mais benéfico para o meio ambiente, o critério de sustentabilidade para aquisição de bens e serviços, faz com o custo/benefício seja melhor a médio e longo prazo.

O programa foi criado para ser implementado na administração pública, em qualquer dos três poderes e em qualquer esfera executiva (federal, estadual ou municipal). Mas também pode ser utilizado como modelo de gestão socioambiental de outros segmentos, governamentais ou não.

3.3. Gestão de resíduos em órgãos públicos

Para Hüller (2010) a primeira ação que seria mais urgente para aplicação da A3P nos órgãos públicos é a gestão de resíduos sólidos, por ser o fator das instituições públicas que mais impacta o meio ambiente:

[...] Talvez a primeira iniciativa a ser realizada pelos órgãos públicos seja realmente a implantação de um sistema de controle de geração de resíduos, com a coleta seletiva do lixo, dentre outras ações, voltadas à educação ambiental, que possam diminuir o desperdício e proporcionar o reaproveitamento de muitos materiais recicláveis[...]. (HÜLLER, 2010 p.392)

Dentro da perspectiva de diminuição da geração de resíduos, a agenda ambiental tem como um dos princípios a política dos 5 R's (Quadro 2): Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que causem impactos socioambientais, nesse sentido, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2009), no eixo da gestão adequada de resíduos gerados a política dos 5 R's é fundamental para uma gestão eficiente, com a adoção de medidas que combatam o desperdício, propondo uma discussão e reflexão acerca de todo o processo de consumo, não somente sobre a reciclagem.

Tabela 2 - Princípio dos 5R's

Repensar	Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados.
Recusar	Recusar possibilidades de consumo desnecessário e produtos que gerem impactos ambientais significativos.
Reduzir	Reduzir significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade.
Reutilizar	Reutilizar é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. É ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.
Reciclar	Reciclar significa transformar materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Fonte: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, p.40

Todavia, não podemos deixar de destacar a importância da reciclagem para o meio ambiente, pois reduz a quantidade de resíduos encaminhados para disposição final, transformando um produto que seria descartado em outro produto ou matéria prima, poupa energia e água, reduz o consumo de recursos naturais e a poluição (BRASIL, 2005). Além de aumentar o tempo de vida útil dos aterros sanitários.

Segundo o Manual da A3P elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente (2009), para que o processo de reciclagem tenha sucesso, deve ser implantado um sistema de coleta eficiente, onde seja observada a separação dos resíduos recicláveis dos que não são.

“[...] O acondicionamento e a coleta, quando realizados sem a segregação dos resíduos na fonte, resultam na deterioração, parcial ou total, de várias das suas frações recicláveis. O papelão se desfaz com a umidade,

tornando-se inaproveitável; o papel, assim como o plástico em filme (sacos e outras embalagens) se suja em contato com a matéria orgânica, perdendo valor; os recipientes de vidro e lata enchem-se com outros materiais, dificultando sua seleção e causando risco de acidentes aos trabalhadores da coleta de resíduos; também a mistura de determinados materiais, como pilhas, cacos, tampinhas e restos de equipamentos eletrônicos pode contribuir para o risco de acidentes e piorar significativamente a qualidade dos recicláveis. [...]” (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, p.53)

Assim o investimento em educação ambiental é fundamental para o sucesso da coleta seletiva e reciclagem.

3.4. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis

Outro fator importante a ser discutido sobre a reciclagem é o seu caráter econômico, a parceria de órgãos públicos com cooperativas de catadores de materiais recicláveis pode ser um gerador de renda para esse segmento da sociedade tão marginalizado e pouco beneficiado do processo.

[...] Os integrantes da cadeia de reciclagem no Brasil são os catadores, os sucateiros e as indústrias. Os catadores, apesar da relevância do seu trabalho para os municípios, trazendo benefícios sociais, econômicos e ambientais por meio da agregação de valor aos materiais recicláveis recolhidos, são pouco valorizados e são os que menos se beneficiam dessa atividade. As indústrias compram normalmente materiais de sucateiros, que possuem infraestrutura e equipamentos adequados para fornecer grandes quantidades e qualidade, diferentemente dos catadores, que se encontram dispersos, sem as condições necessárias para negociar diretamente com a indústria[...] (SOUZA, 2012, p.247).

A informalidade que permeia grande parte das relações de trabalho no Brasil, em conjunção ao grande número de população em situação de rua, forma um cenário que viabiliza a constituição de novas formas de organizações do trabalho, que buscam uma alternativa à informalidade e exclusão dentro da perspectiva da autogestão. As cooperativas de catadores de materiais são uma alternativa real de trabalho àqueles que estão marginalizados pelo mercado formal de trabalho (MAGNI, GHUNTER, 2014).

As parcerias realizadas entre essas organizações e o poder público são de grande valia para operar uma transformação significativa na sociedade, diversas iniciativas do Estado contribuíram para a formação e desenvolvimento dessas organizações, como o governo federal, que, ciente dessa realidade, publicou em 2006 o decreto nº 5.940 que determina a instituição de separação de resíduos recicláveis nas repartições públicas federais da administração direta e indireta e a destinação desses resíduos para associações e cooperativas de catadores. Incluiu na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei

12305/2010) e em seu decreto regulamentador nº 7404/2010, instrumentos de incentivo à criação e desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, assim como metas que objetivem a inclusão social e emancipação econômica, além de oferecer prioridade na contratação dessas cooperativas ou associações no sistema de coleta seletiva e logística reversa.

A Prefeitura Municipal de São Paulo em seu Plano de Gestão integrada de Resíduos Sólidos de 2014 reitera em seus objetivos gerais a necessidade de integração dos catadores nos processos de logística reversa e convênios firmados entre as centrais de triagem de resíduos e as cooperativas e associações de catadores. Assim como a inclusão socioeconômica dos catadores em situação de vulnerabilidade social.

O PAVS não trata dessa questão diretamente na portaria 1573/2011 que o instituiu, mas traz diversas experiências em seus projetos, como a iniciativa na Zona Sul da capital paulista onde, em decorrência de várias parcerias, os agentes do projeto contribuíram para mais de mil catadores se organizarem (BIANCARELLI, 2008, p. 105).

3.5. Resíduos das Unidades de Saúde

Apesar dos resíduos de serviços de saúde (RSS) não fazerem parte do escopo do presente plano é importante estabelecermos uma breve definição e diferenciação dos tipos de resíduos gerados.

Os resíduos produzidos nas Unidades de Saúde são heterogêneos e cada tipo deve ser tratado de forma específica, respeitando os procedimentos de manejo e tratamento antes de serem descartados no meio. Parte expressiva dos resíduos de serviços de saúde (RSS) pode causar poluição e propagar doenças, visto que contem substâncias contaminantes e nocivas para o meio ambiente e para a população. Também são gerados resíduos comuns que de acordo com o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo - PGIRS (2014) devem ter a reciclagem e reutilização como prioridade.

O PGIRS da Cidade de São Paulo define com base na Resolução da ANVISA nº 306/04, como geradores de RRS os seguintes serviços:

“[...] os relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na

área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, dentre outros similares. [...]” (SÃO PAULO, 2014, p. 163)

Dispõe ainda sobre a classificação dos RSS, que são categorizados de acordo os potenciais riscos ao meio ambiente e à saúde pública, conforme tabela 3:

Tabela 3 - Classificação dos RSS

<p>Grupo A: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção.</p> <p>Grupo A1: Culturas e estoques de microrganismos, entre outros;</p> <p>Grupo A2: Carcaças, peças anatômicas, vísceras, entre outros;</p> <p>Grupo A3: Peças anatômicas (membros) do ser humano, entre outros;</p> <p>Grupo A4: Kits de linhas arteriais, endovenosas e deslizados, quando descartado, e outros;</p> <p>Grupo A5: Órgãos, tecidos, fluidos orgânicos, entre outros;</p>
<p>Grupo B: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade, entre outros;</p>
<p>Grupo C: Quaisquer materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de eliminação especificados nas normas da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.</p>
<p>Grupo D: Resíduos que não apresentem risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.</p>
<p>Grupo E: Materiais perfurocortantes ou escarificantes, entre outros;</p>

Fonte: SÃO PAULO, 2014, p. 163

Dentro desse quadro, os resíduos dos grupos A, B, C e E são classificados como resíduos perigosos e correspondem a cerca de 20% do total de resíduos gerados pelos estabelecimentos de saúde, os 80% restantes pertencem ao grupo “D”, equiparados aos resíduos comuns domiciliares e recicláveis em grande parte (SÃO PAULO, 2014). Os estabelecimentos de saúde, independente de seu porte, são responsáveis pelo gerenciamento dos resíduos por eles gerados e são obrigados a elaborar, implantar e monitorar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) (MOREIRA e GHUNTER, 2016, p. 2).

Esse gerenciamento de resíduos é imprescindível para evitar exposição, garantir a segurança dos trabalhadores e usuários do serviço, assim como prevenir impactos ambientais e mitigar a produção de resíduos.

Sobre o PGRSS cabe salientar:

PGRSS é o documento que descreve todas as etapas internas e externas referentes à gestão dos resíduos em serviços de saúde, com o objetivo de prevenir acidentes de trabalho, evitar impactos ambientais e proteger a saúde pública. Por conseguinte, poderia ir além de um simples documento de apresentação obrigatória e figurar como importante ferramenta coadjuvante da gestão (MOREIRA e GHUNTER, 2016, p.2).

Apesar da existência de exigências legais, das diversas normativas e regulamentações a respeito do PGRSS, de acordo com Moreira e Ghünter (2016) a realidade nos estabelecimentos de saúde brasileiros não está perto de ser a ideal, a falta recursos econômicos e humanos dificultam a implementação e monitoramento dos planos.

4. METODOLOGIA

4.1. Metodologia de coleta de dados

Para auxiliar no alcance dos objetivos do presente plano de intervenção, foi utilizado o método de pesquisa exploratório, em que foram coletados dados secundários através de consultas a sítios oficiais e artigos científicos, a opção por dados secundários foi necessária devido a impossibilidade de coletar dados primários do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis - PAVS, assim como o impedimento de realizar entrevistas com os trabalhadores das unidades, por não haver autorização prévia.

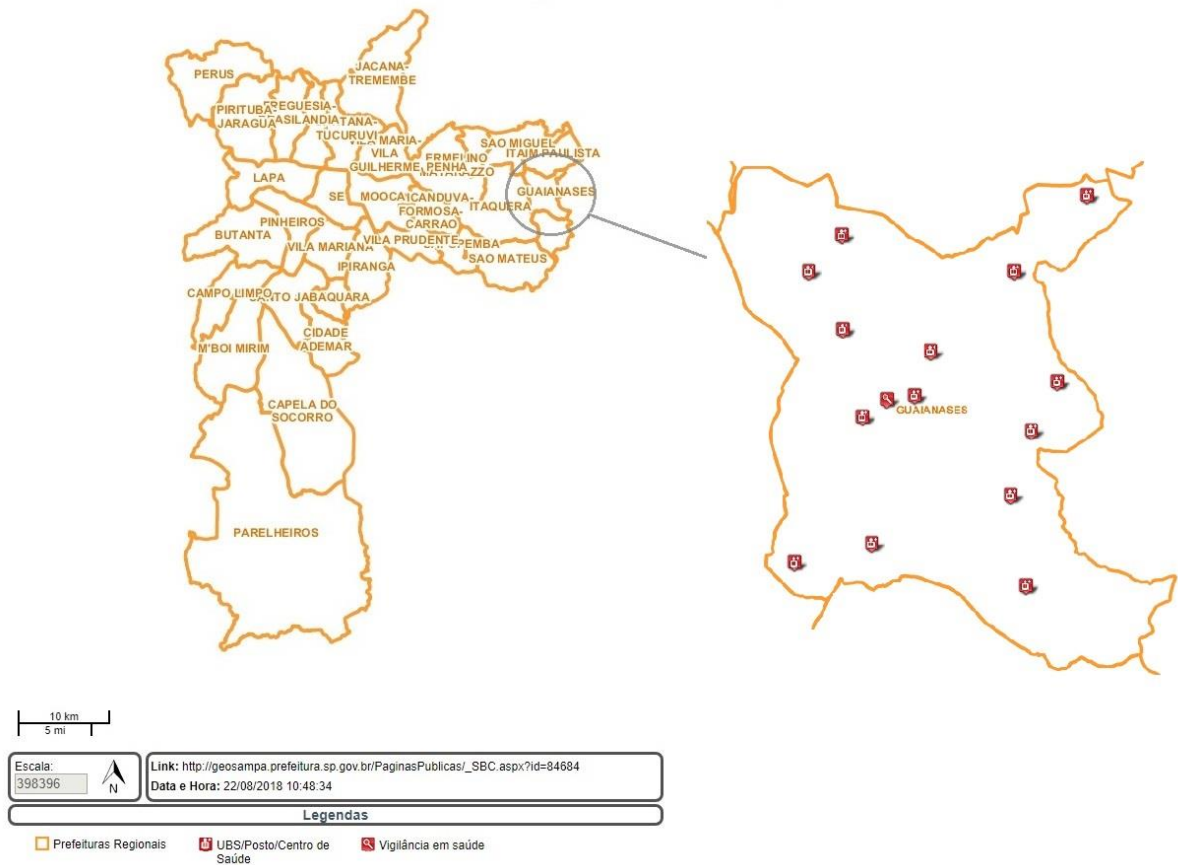
O presente plano tem tanto abordagem quantitativa no que se refere à estimativa de resíduos produzidos pelos funcionários das unidades de saúde, quanto qualitativa, no que se relaciona à pesquisa sobre os projetos do PAVS, consulta as leis e bibliografia.

Os métodos de análise foram documental e bibliográfico, onde a partir da consulta das leis, decretos, normas e artigos científicos foi possível entender o contexto do programa que o presente plano pretende intervir.

4.2. Localização do Plano de Intervenção

As unidades impactadas pelo plano serão as catorze UBS's e a Unidade de Vigilância em Saúde, localizadas na área de abrangência da Subprefeitura de Guaianases, na zona leste da capital paulista.

Figura 2 - Unidades de Saúde no Bairro de Guaianases



4.3. Público-Alvo

O público alvo diretamente impactado pelo plano de intervenção são os cerca de 1.250 funcionários que atuam nas 15 Unidades de Saúde de Guaianases, sendo em sua maioria, profissionais da área da saúde, como médicos, enfermeiros, farmacêuticos, psicólogos, auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, além de profissionais administrativos e empresas terceirizadas.

Como na região as catorze UBS's são administradas pela instituição parceira Congregação das Irmãs de Santa Marcelina, o regime de contratação da maioria dos profissionais é CLT, sendo que somente na Unidade de Vigilância em Saúde 90% dos trabalhadores são servidores públicos municipais.

5. ESCOPO

5.1. Estrutura Analítica do Projeto

Na estrutura analítica do projeto é possível visualizar as principais entregas do plano desde a fase de diagnóstico, com o levantamento das reais necessidades de cada unidade, até a fase de resultados, em que serão analisados os erros e acertos do projeto.

Figura 3- Estrutura Analítica do Projeto

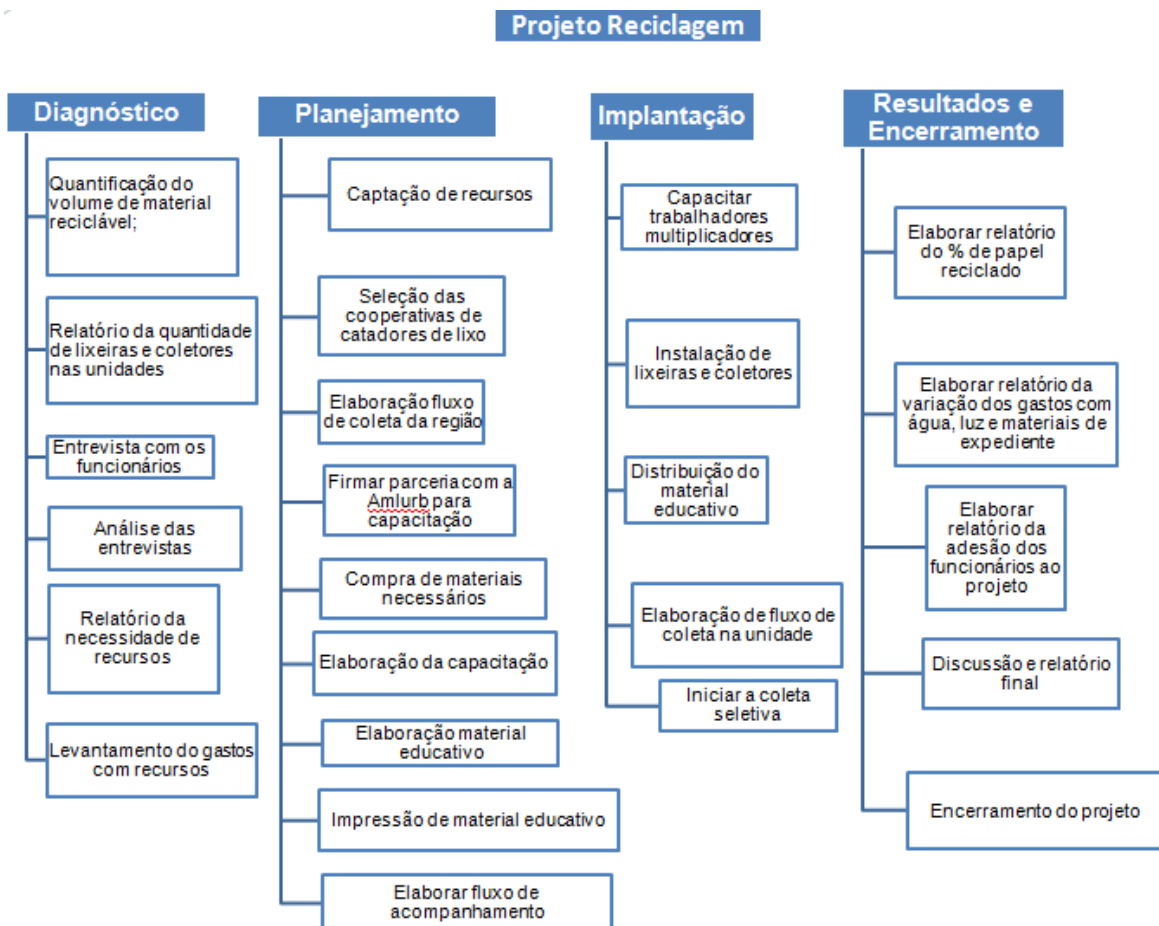


Tabela 4- Dicionário EAP

Nível	Entrega	Detalhamento
Diagnóstico	Quantificação o volume de material reciclável	Diagnóstico situacional avaliando primeiramente o quantitativo de papel descartado passível de reciclagem.
	Relatório da quantidade de lixeiras e coletores nas unidades	Elaboração de relatório com a descrição da quantidade e situação das lixeiras e coletores existentes, além do espaço existente para novas.
	Entrevista com funcionários	Questionários aplicados aos funcionários com os seguintes objetivos: traçar o perfil dos funcionários; avaliar seu conhecimento em relação à reciclagem de papel; avaliar sua disposição de adesão à proposta; inquirir em quais situações é possível economizar recursos (água, luz e material de expediente) e ouvir as sugestões pertinentes
	Análise das entrevistas	Análise das entrevistas para aperfeiçoamento do projeto, visto que os funcionários são os maiores conhecedores da unidade
	Relatório da necessidade de recursos financeiros	Relatório mensurando qual o valor necessário para adequar as unidades para receber o projeto de coleta seletiva
	Levantamento de gastos com recursos	Levantamento do quanto se gasta com água, luz e material de expediente
Planejamento	Captação de recursos	Processo de busca pelos recursos financeiros
	Seleção das cooperativas de catadores de lixo	Elaborar edital de chamamento e seleção das cooperativas interessadas da região
	Elaborar fluxo de coleta da região	Em parceria com as cooperativas elaborar um fluxo de coleta na região
	Firmar parceria com a Amlurb para capacitação	Firmar parceria com a Amlurb para efetuar a capacitação das comissões de funcionários de cada unidade
	Compra de materiais necessários	Licitatar e comprar materiais necessários
	Elaboração da capacitação	De posse da análise das entrevistas e em parceria com a Amlurb elaborar conteúdo das oficinas de capacitação
	Elaboração de material educativo	Elaboração de cartilhas, cartazes, folders e panfletos (impressos e eletrônicos)
	Impressão de material educativo	Impressão de cartilhas, cartazes e panfletos para distribuição nas unidades
	Elaborar fluxo de acompanhamento	Elaborar planilhas e relatórios de acompanhamento das unidades

Implantação	Capacitar trabalhadores responsáveis e multiplicadores	Realização de oficinas de capacitação das comissões
	Instalação de lixeiras e coletores	Distribuição e instalação nas unidades
	Distribuição de material educativo	Distribuição do material educativo impresso e via eletrônica
	Elaboração de fluxo de coleta na unidade	As comissões de cada unidade devem elaborar fluxo de coleta local
	Iniciar a coleta seletiva	Evento para iniciar os trabalhos do projeto
Resultados e Encerramento	Elaborar relatório da porcentagem de papel reciclado	Condensar os dados de cada unidade em relatório único
	Elaborar relatório da variação com gastos de recursos	Água, luz e material de expediente
	Elaborar relatório da adesão dos funcionários ao projeto	Através de entrevistas e relatórios das unidades
	Discussão e relatório final	Reunião entre a Supervisão e as comissões de cada unidade para avaliação do projeto
	Encerramento do projeto	Encerramento

5.2. Não escopo

Ressalta-se que o projeto de intervenção será restrito aos resíduos gerados no interior das unidades de saúde. As ações de coleta e reciclagem do presente plano de intervenção não contemplam os seguintes materiais:

- Resíduos orgânicos;
- Vidro;
- Madeira;
- Plástico;
- Metal;
- Embalagens plásticas de óleos lubrificantes;
- Lâmpadas;
- Produtos eletroeletrônicos e seus componentes ;
- Resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde;
- Resíduo hospitalar
- Pneus;
- Resíduos perigosos, radioativos ou contaminados.

5.3. Levantamento de restrições

As restrições são limitações impostas ao projeto que pode interferir em sua execução, no presente plano entendemos que as seguintes limitações poderão afetar sua execução:

- A limitação a dois funcionários na composição da comissão de coleta seletiva em cada unidade poderá ser um fator limitante, caso os trabalhadores por algum motivo se ausentem por um período prolongado da unidade, sendo necessário oferecer outra capacitação para formação de outra comissão;
- Baixo orçamento disponibilizado ao projeto: dado o cenário de congelamento de gastos público é possível que seja liberado orçamento abaixo do solicitado, sendo necessários ajustes no projeto;

5.4. Premissas

Foram observadas as seguintes premissas:

Premissa 1: Interesse dos funcionários em compor as comissões das unidades;

Premissa 2: Suficiência de recursos financeiros;

Premissa 3: Incorporação nos hábitos dos funcionários das ações de coleta seletiva e economia dos recursos;

Premissa 4: Interesse das cooperativas de catadores na parceria com a Prefeitura;

Premissa 5: Cumprimento do contrato por parte das cooperativas;

Premissa 6: Parceria com a AMLURB;

Premissa 7: Aceitação, por parte do gerente da unidade de saúde, em aderir ao projeto;

Premissa 8: Fluxo bem definido da coleta seletiva.

5.5. Riscos

Os riscos levantados que podem afetar o sucesso do plano com as referências as premissas relacionadas:

Risco 1: Ausência ou insuficiência de funcionários interessados em compor as comissões de cada unidade (Referência premissa 1);

Risco 2: Insuficiência ou ausência de recursos financeiros (Referência premissa 2);

Risco 3: Desinteresse dos funcionários em aderir ao projeto (Referência premissa 3);

Risco 4: Desinteresse na parceria por parte das cooperativas de catadores de resíduos (Referência premissa 4);

Risco 5: Não cumprimento do contrato pelas cooperativas (Referência premissa 5);

Risco 6: Falha na capacitação dos funcionários (Referência premissa 6);

Risco 7: Impossibilidade de capacitação dos funcionários, por desinteresse da AMLURB (Referência premissa 6);

Risco 8: Recusa do gerente de unidade de saúde em aderir ao projeto (Referência premissa 3);

Risco 9: Ampliação do projeto;

Risco 10: Falha no planejamento do fluxo da coleta seletiva (Referência premissa 8).

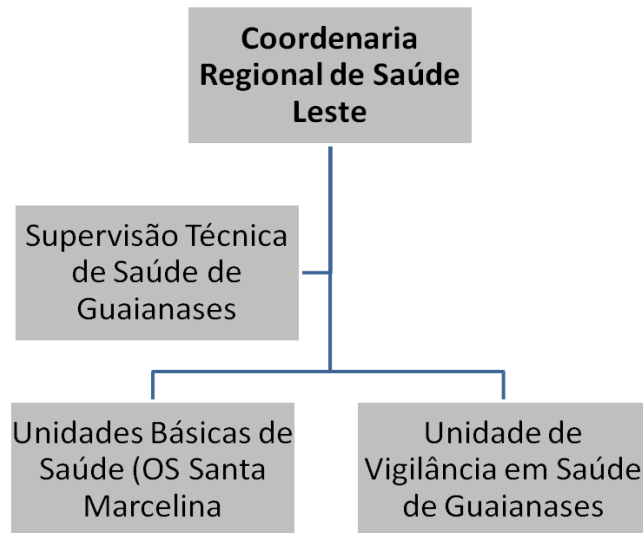
Os riscos foram avaliados conforme a magnitude e probabilidade de ocorrência, sendo que as respostas aos eventos foram analisadas de acordo com o impacto no projeto:

Tabela 5 - Gerenciamento de riscos

Risco	Detalhamento	Probabilidade	Nível de risco	Estratégia	Ação
Risco 1	Ausência ou insuficiência de funcionários interessados em compor as comissões de cada unidade	Alta	Risco extremo	Mitigar	Fazer um trabalho de conscientização da importância do projeto
Risco 2	Insuficiência ou ausência de recursos financeiros	Alta	Risco elevado	Escalar	Procurar outra fonte de recursos
Risco 3	Desinteresse dos funcionários em aderir ao projeto	Alta	Risco extremo	Mitigar	Fazer um trabalho de conscientização da importância do projeto
Risco 4	Desinteresse na parceria por parte das cooperativas de catadores de resíduos	Alta	Risco extremo	Mitigar	Elaborar de forma criteriosa o edital de chamamento. Dar ampla divulgação ao edital
Risco 5	Não cumprimento do contrato pelas cooperativas	Baixo	Risco extremo	Transferir	Cancelar o contrato e Procurar outra cooperativa
Risco 6	Falha na capacitação dos funcionários	Moderado	Baixo risco	Prevenir	Elaborar de maneira detalhada o plano de aula do curso de capacitação/ Promover outras formas de abordagem do conteúdo
Risco 7	Impossibilidade de capacitação dos funcionários	Moderado	Risco moderado	Mitigar	Explorar diversas possibilidades de capacitação
Risco 8	Recusa do gerente de unidade de saúde em aderir ao projeto	Alta	Risco extremo	Escalar	Transferir a negociação para a chefia imediata do gerente
Risco 9	Ampliação do projeto	Baixo	Baixo risco	Escalar	Este risco excede a responsabilidade do gerente do projeto e deve ser transferido para hierarquia superior
Risco 10	Falha no planejamento do fluxo da coleta seletiva	Moderado	Risco moderado	Prevenir	Montar mais de uma alternativa de fluxo

5.6. Estrutura de gestão e principais atores envolvidos

Figura 4- Estrutura de gestão/governança



Os principais atores envolvidos no presente plano são:

- Servidores públicos: estão lotados na Coordenadoria Regional de Saúde Leste, Supervisão Técnica de Saúde de Guaianases e Unidade de Vigilância em Saúde de Guaianases. Os dois primeiros setores os servidores serão coordenadores e gestores, pois dado o nível hierárquico superior possuem mais condições de alcançarem recursos, assim como meios de avaliar e controlar programas das unidades;
- Organização social - Congregação das Irmãs de Santa Marcelina, que administra as Unidades Básicas de Saúde do bairro de Guaianases;
- Funcionários celetistas das Unidades Básicas de Saúde;
- Cooperativas de catadores de resíduos que receberão os papéis segregados para reciclagem;
- Autoridade Municipal de Limpeza Urbana – AMLURB, parceria na oferta da capacitação dos funcionários;

5.7. Quadro de Trabalho/equipe

Tabela 6 - Quadro de Trabalho e Produtos

Produto: Relatório diagnóstico		
Pacote de Trabalho: Quantificação volume gerado de papel descartado e lixeiras existentes		
Atividade Visita as Unidades	Estimativa de duração 1 mês	Responsável Supervisão Técnica de Saúde
Produto: Relatório diagnóstico		
Pacote de Trabalho: Entrevistas com funcionários		
Atividade Elaboração de questionários; visitas às unidades para realizar as entrevistas; análise das entrevistas	Estimativa de duração 2 meses	Responsável Supervisão Técnica de Saúde
Produto: Relatório diagnóstico		
Pacote de Trabalho: Levantamento das necessidades de recursos financeiros		
Atividade Mensuração do valor para adequação das unidades	Estimativa de duração 1 mês	Responsável Supervisão Técnica de Saúde
Produto: Captação de recursos		
Pacote de Trabalho: Solicitação de recursos da Prefeitura e parcerias		
Atividade Iniciar processo de captação de recursos	Estimativa de duração 2 meses	Responsável Coordenadoria Regional
Produto: Edital chamamento de cooperativas de catadores de resíduos		
Pacote de Trabalho: Elaboração de edital		
Atividade Definição de critérios, elaboração de edital, publicação e assinatura de contrato	Estimativa de duração 3 meses	Responsável Coordenadoria Regional e Supervisão Técnica
Produto: Fluxo de coleta		
Pacote de Trabalho: Elaboração de fluxo de coleta na região		

Atividade Elaboração de fluxo de acordo com o mapeamento das unidades	Estimativa de duração 2 meses	Responsável Supervisão Técnica de Saúde e cooperativas contratadas
Produto: Parceria com a AMLURB		
Pacote de Trabalho: Elaboração de termo de parceria		
Atividade Reuniões com AMLURB para se estabelecer parceria para realização de capacitação	Estimativa de duração 1 mês	Responsável Coordenadoria Regional
Produto: Compra de materiais necessários		
Pacote de Trabalho: Licitação para compra de materiais diversos		
Atividade Elaborar licitação e efetuar a compra	Estimativa de duração 2 meses	Responsável Coordenadoria Regional
Produto: Montagem de capacitação		
Pacote de Trabalho: Plano de aula		
Atividade Elaboração de documento com conteúdo do curso, duração, vagas, instrutoria, local e período	Estimativa de duração 3 meses	Responsável Coordenadoria Regional, Supervisão Técnica e AMLURB
Produto: Material educativo		
Pacote de Trabalho: Elaboração material educativo		
Atividade Elaboração de cartilhas, cartazes, folders e panfletos (impressos e eletrônicos)	Estimativa de duração 2 meses	Responsável Coordenadoria Regional, Supervisão Técnica e AMLURB
Produto: Material educativo		
Pacote de Trabalho: Impressão		
Atividade Encaminhamento da arte	Estimativa de duração 3 semanas	Responsável Coordenadoria

final para Gráfica		Regional
Produto: Fluxo de acompanhamento		
Pacote de Trabalho: Preparação e elaboração de fluxo de acompanhamento das atividades		
Atividade Reuniões para discussão e elaboração de planilhas e fluxos de acompanhamento das atividades	Estimativa de duração 2 semanas	Responsável Coordenadoria Regional e Supervisão Técnica
Produto: Capacitação		
Pacote de Trabalho: Montagem de calendário e turmas		
Atividade Elaboração de calendário e formação das turmas.	Estimativa de duração 2 semanas	Responsável Coordenadoria Regional, Supervisão Técnica e AMLURB
Produto: Capacitação		
Pacote de Trabalho: Divulgação da capacitação entre as unidades		
Atividade Divulgação e inscrições de funcionários que formarão as comissões das unidades	Estimativa de duração 3 semanas	Responsável Coordenadoria Regional e Supervisão Técnica
Produto: Capacitação		
Pacote de Trabalho: Fornecimento da capacitação		
Atividade Evento da oficina de capacitação	Estimativa de duração 3 semanas	Responsável Coordenadoria Regional, Supervisão Técnica e AMLURB
Produto: Instalação lixeiras		
Pacote de Trabalho: Distribuição e instalação de lixeiras		
Atividade Distribuição de lixeiras entre as unidades	Estimativa de duração 2 semanas	Responsável Coordenadoria Regional e Supervisão Técnica

Produto: Material educativo		
Pacote de Trabalho: Distribuição de material educativo		
Atividade Distribuição de material entre as unidades, divulgação via eletrônica	Estimativa de duração 2 semanas	Responsável Coordenadoria Regional e Supervisão Técnica
Produto: Fluxo de coleta seletiva na Unidade		
Pacote de Trabalho: Elaboração de fluxo		
Atividade Elaboração de fluxo de coleta seletiva dentro de cada unidade de saúde	Estimativa de duração 3 semanas	Responsável Comissão formada por 2 funcionários de cada unidade
Produto: Coleta seletiva		
Pacote de Trabalho: Evento de início das atividades		
Atividade Reunião para definição da data de início das atividades de coleta seletiva, e preparação de evento de abertura	Estimativa de duração 2 semanas	Responsável Coordenadoria Regional, Supervisão Técnica e Unidades
Produto: Relatório de resultados		
Pacote de Trabalho: Relatório porcentagem de papel reciclado		
Atividade Mensuração através dos relatórios de acompanhamento da porcentagem de papel reciclado	Estimativa de duração 4 meses	Responsável Comissões das Unidades de Saúde
Produto: Relatório de resultados		
Pacote de Trabalho: Relatório de consumo de recursos		
Atividade Elaborar relatório da variação com gastos com água, luz e materiais de expediente	Estimativa de duração 1 mês	Responsável Comissões das Unidades de Saúde

Produto: Relatório de resultados		
Pacote de Trabalho: Relatório de adesão ao projeto		
Atividade Elaborar relatório da adesão dos funcionários ao projeto	Estimativa de duração 1 mês	Responsável Comissões das Unidades de Saúde
Produto: Relatório final		
Pacote de Trabalho: Reuniões para avaliação do projeto		
Atividade Reuniões para avaliação do projeto e demais encaminhamentos	Estimativa de duração 1 mês	Responsável Coordenadoria Regional, Supervisão Técnica e Unidades

5.8. Valor previsto

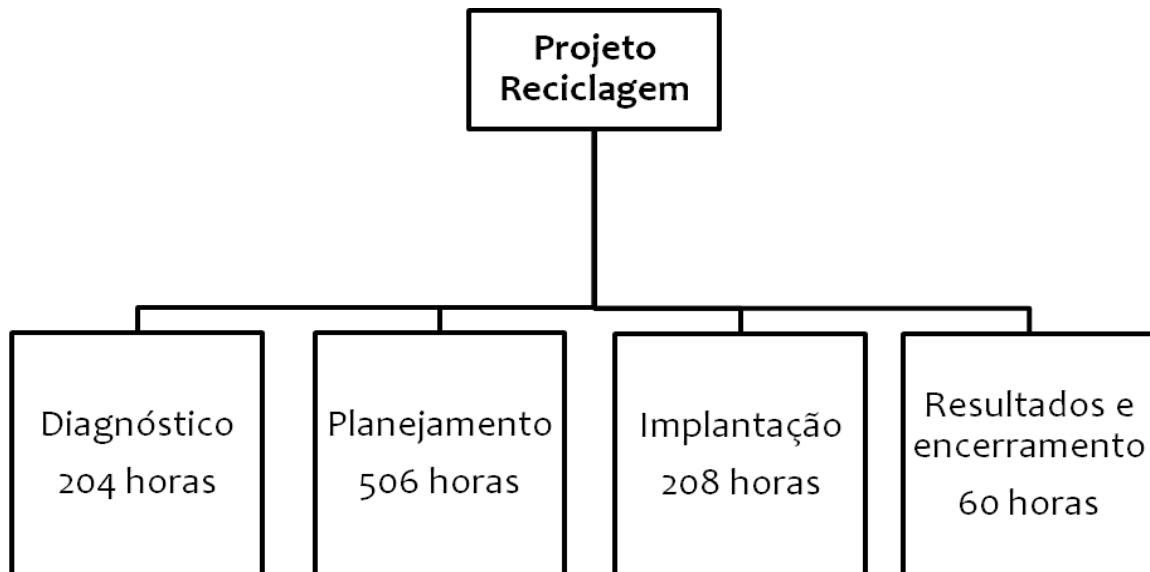
Como não foi possível obter autorização para realização de relatório de diagnóstico nas Unidades de Saúde, não foi possível quantificar os valores necessários para aquisição de materiais, como lixeiras e coletores. No que tange os custos de impressão do material educativo utilizado na divulgação do projeto e nas capacitações, foram feitos orçamentos junto a três gráficas localizadas no bairro de Guaianases, conforme a tabela:

Tabela 7 - Custos de materiais

Custos material divulgação / capacitação		
Banners (500X900mm)	20 unidades	R\$ 200,00
Cartazes (A3)	150 unidades	R\$ 50,00
Panfletos	1000 unidades	R\$ 30,00
Cartilha para capacitação	50 unidades	R\$ 250,00
Valor total		R\$ 530,00

Como não será necessário fazer nenhuma outra aquisição para dar andamento ao plano, foi estimada quantidade de 978 horas de trabalho de profissionais que já pertencem ao quadro de trabalho da prefeitura, conforme figura:

Figura 5 - Estimativa horas de trabalho



Cabe ressaltar que não será necessário investimento com aluguel de locação dos locais onde serão realizadas as capacitações, visto que serão promovidas em espaços pertencentes à Prefeitura ou de parceiros.

5.9. Duração

O plano de intervenção tem previsão de duração de 1 ano e 3 meses, iniciando em janeiro de 2019 e finalizando em abril de 2020.

5.10. Instituição/unidade funcional gestora e idealizadora

A Unidade gestora do plano será a Supervisão Técnica de Saúde de Guaianases, órgão que tem por atribuição, entre outras funções, planejar, apoiar, monitorar e avaliar a implantação e desenvolvimento de ações nas Unidades do seu território. A Unidade idealizadora é a UVIS (Unidade de Vigilância em Saúde) de Guaianases.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo o que foi posto, é possível considerar que a proposta do presente plano de intervenção ainda terá que transpor muitos obstáculos para ser implementada, tanto no que diz respeito a aspectos econômicos, dado o cenário de corte de recursos no setor público que é realidade em todo o país, quanto no choque de mudança de paradigma nas ações dos gestores e funcionários.

Todavia a existência de programas com enfoque ambiental já institucionalizados e amplamente difundidos como a A3P e o PAVS, aponta para uma visão mais abrangente dos processos determinantes saúde/doença e meio ambiente. Além de trazer uma visão mais alinhada à conservação, preservação e recuperação do meio ambiente.

A partir das perspectivas desses programas a promoção a saúde tem abordagem sistêmica, integrando todos os aspectos da vida do indivíduo e do território no qual está inserido, inclusive no tange a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O modelo de gestão no serviço público deve estar atento ao contexto mundial de sustentabilidade, promovendo mudanças de práticas, que vão desde processos administrativos ao abandono de hábitos que causem desperdício de dinheiro público e recursos naturais.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCARELLI, Aureliano. Meu Ambiente: PAVS: Projeto Ambientes Verdes e Saudáveis: Políticas Públicas Integradas na Cidade de São Paulo - 1. ed. São Paulo, SP: Editora IBEAC, 2008

BRASIL. Decreto 5940, de 25 de out. de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, Brasília, DF. 2006

BRASIL, MMA/ MEC/ IDEC Consumo Sustentável: Manual de educação. Brasília: Consumers International, 2005. 160 p.

CAVALCANTE, Maria Lailze Simões Albuquerque. Administração Pública e Agenda Ambiental – A3P - Considerações sobre a implementação nos órgãos públicos. Fortaleza: Revista Controle: Doutrinas e artigos, vol.10, nº1, 2012.

HÜLLER, Alexandre. A educação ambiental em órgãos públicos municipais através da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) como uma nova ferramenta de gestão. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S.l.], v. 25, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3522/2099>>. Acesso em: 29 de set. 2018.

MAGNI, Ana Amélia Calaça; GUNTHER, Wanda Maria Risso. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 146-156, Mar. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000100146&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em 12 de out. 2018

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Cartilha Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Brasília – DF, 2009. 5ª Edição. Revista e atualizada.

MOREIRA, Ana Maria Maniero; GÜNTHER, Wanda Maria Risso. Gerenciamento de resíduos sólidos em unidades básicas de saúde: aplicação de instrumento facilitador. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2016; Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692016000100387 - Acesso em 15/10/2018.

SÃO PAULO. Manual Orientador das Ações do Agente de Promoção Ambiental – APA, 2015. Disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Manual%20APA%20-%20Final_web.pdf> – Acesso em 20/06/2018

SÃO PAULO, Prefeitura do Município. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, 2014. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf> -

Acesso em 29/09/2018.

SÃO PAULO, Prefeitura do Município. Relação das unidades da secretaria municipal da saúde por coordenadoria regional de saúde e supervisão técnica de saúde do município de São Paulo, 2009. Disponível em

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/arquivos/secretarias/saude/organizacao/0005/Unid_Munic_Saude_SupervisaoTecnica.pdf - Acesso em 27/08/2018

SOUSA MF, Parreira CMSF. Ambientes verdes e saudáveis: formação dos agentes comunitários de saúde na Cidade de São Paulo, Brasil. Rev Panam Salud Publica. 2010;

SOUZA, PAULA, SOUZA-PINTO. O papel das cooperativas de reciclagem nos canais reversos de pós-consumo. Revista de Administração de Empresas, v. 52, n. 2, p. 246-262, 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902012000200010> - Acesso em 30/09/2018.